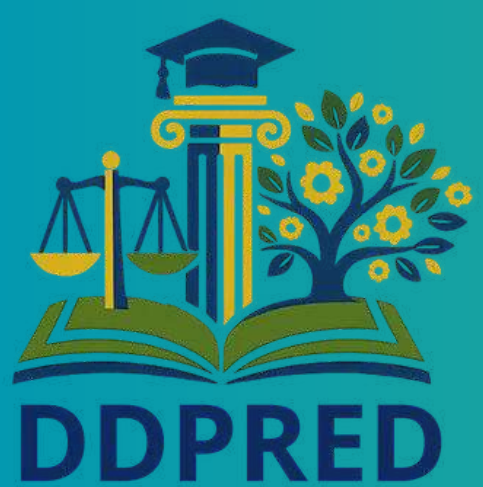




(IN)FORMATIVO DDPRED

Boletim de Assessoramento Pedagógico e de Legislação Educacional

N. 1 DE 2026 | JAN - FEV - MAR | UBERABA - MG

DCN

Licenciaturas

RESOLUÇÃO CNE Nº 4/2024

TEMAS DA EDIÇÃO

Destaque Institucional

- Reestruturação do setor
- DDPRED | DDCUR | SEAPEC-ITU (integração)

Assessoramento Pedagógico em Foco

- Lançamento do Ano Formativo

Acontece no DDPRED

- Fóruns Integrados
- Formação de Coordenadores

Transversalidade em ação

- Saúde e qualidade de vida no trabalho
- Visibilidade Trans

Fundamentos da Educação

- Currículo das Licenciaturas e seus desafios

Datas comemorativas

- Dia da Mulher
- Banco Vermelho

Destaque Legal

- Lei n.º 14.942/2024 - Banco Vermelho

Entre nós, DDPRED!

- Chegadas e Partidas
- Aniversariantes DDPRED



EDITORIAL

O ano de 2026 teve início com um importante marco institucional na Pró-Reitoria de Ensino (PROENS): a reestruturação da Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional (ASPEL), com sua transformação em **Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional (DDPRED)**.

Essa reformulação representa mais do que uma alteração organizacional. Trata-se de um movimento estratégico de fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento pedagógico e à regulação educacional no âmbito da UFTM, ampliando a capacidade institucional de assessoramento aos cursos de graduação e instâncias de gestão do ensino, além de contribuir para a qualidade e a articulação entre as dimensões pedagógica e normativa. Nesse contexto, o DDPRED busca consolidar-se como referência para o assessoramento aos coordenadores de curso e às unidades acadêmicas e de gestão, atuando de forma integrada na promoção de práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes curriculares nacionais, à legislação educacional vigente e às políticas institucionais de ensino.

Assim, o presente boletim trimestral inaugura, assim, não apenas um novo ciclo de comunicação com a comunidade acadêmica, mas também um espaço de socialização das ações desenvolvidas pelo Departamento, evidenciando iniciativas de assessoramento pedagógico e legislação educacional, formação acadêmica e apoio à gestão do ensino de graduação.

Extrapolando um caráter meramente informativo, este boletim se constitui em um canal de diálogo com a comunidade acadêmica, por meio do qual são compartilhadas ações, reflexões e iniciativas que traduzem o esforço coletivo em prol de uma formação acadêmica cada vez mais qualificada, inclusiva e alinhada às diretrizes educacionais vigentes.

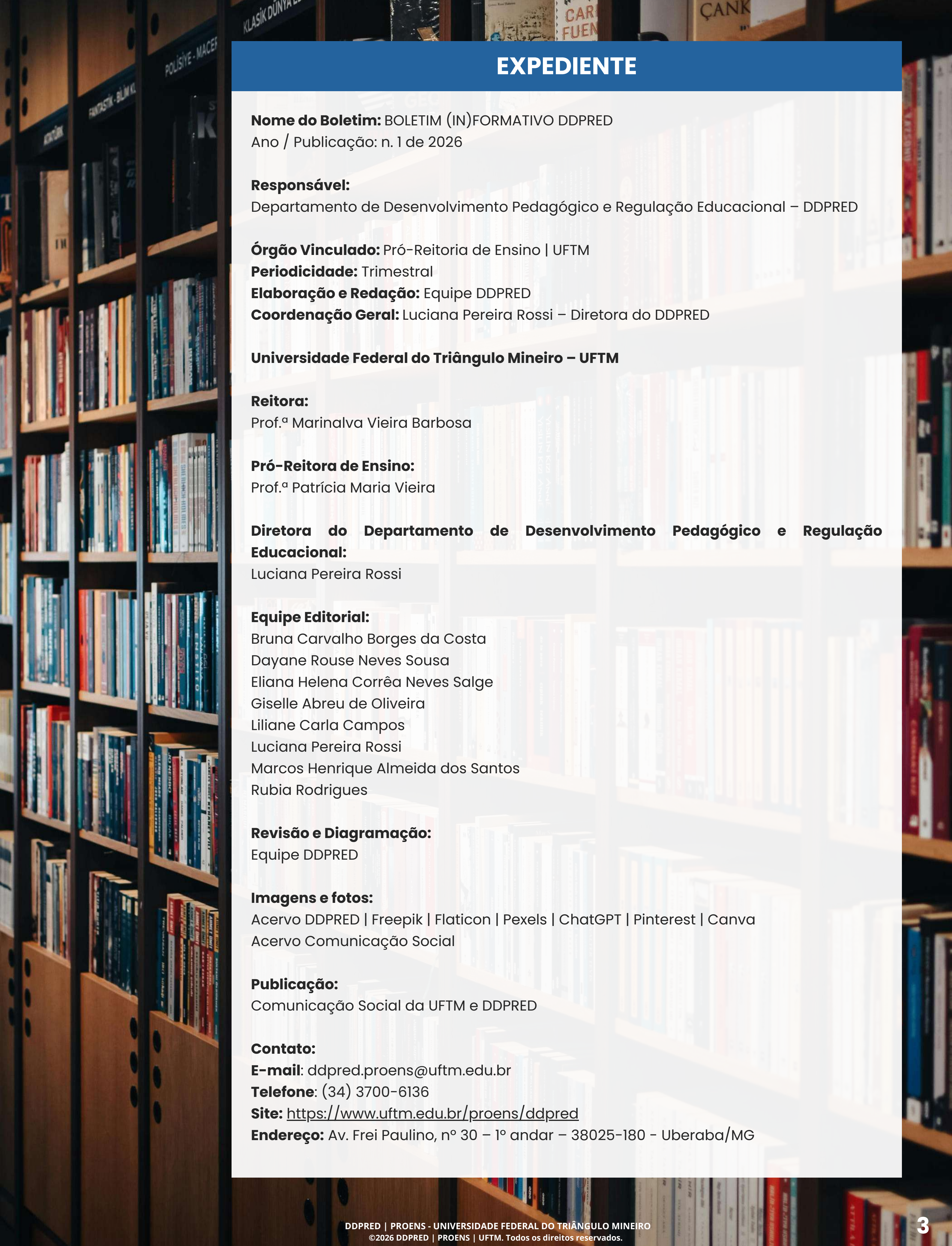
Destacam-se, nesse período, a realização de atividades formativas e de espaços institucionais de diálogo, como o Fórum Permanente de Gestão Universitária e o Fórum Permanente das Licenciaturas, que reforçam a centralidade do planejamento pedagógico, da gestão intencional e da construção coletiva para o aprimoramento dos cursos de graduação.

Também reafirmamos nosso compromisso com a transversalidade das políticas institucionais, incorporando, nas práticas pedagógicas, temas essenciais como inclusão, diversidade, acessibilidade e permanência estudantil, entendendo que o processo de ensino e aprendizagem deve ser perpassado, necessariamente, pela construção de ambientes educacionais mais equitativos e sensíveis às diferentes realidades.

Deste modo, o DDPRED reafirma seu compromisso com a promoção de uma educação superior orientada pelos princípios da inclusão, da diversidade, da acessibilidade e da permanência estudantil, entendendo tais dimensões como estruturantes das políticas de ensino.

Este boletim, portanto, reflete o trabalho de uma equipe comprometida com o fortalecimento institucional e com a excelência acadêmica, pautando sua atuação na escuta, no diálogo e na construção conjunta de caminhos que levem à melhoria contínua do ensino de graduação na UFTM. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Direção e Equipe
Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional (DDPRED)
Pró-Reitoria de Ensino – UFTM



EXPEDIENTE

Nome do Boletim: BOLETIM (IN)FORMATIVO DDPRED
Ano / Publicação: n. 1 de 2026

Responsável:
Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional – DDPRED

Órgão Vinculado: Pró-Reitoria de Ensino | UFTM
Periodicidade: Trimestral
Elaboração e Redação: Equipe DDPRED
Coordenação Geral: Luciana Pereira Rossi – Diretora do DDPRED

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

Reitora:
Prof.ª Marinalva Vieira Barbosa

Pró-Reitora de Ensino:
Prof.ª Patrícia Maria Vieira

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional:
Luciana Pereira Rossi

Equipe Editorial:
Bruna Carvalho Borges da Costa
Dayane Rouse Neves Sousa
Eliana Helena Corrêa Neves Salge
Giselle Abreu de Oliveira
Liliane Carla Campos
Luciana Pereira Rossi
Marcos Henrique Almeida dos Santos
Rubia Rodrigues

Revisão e Diagramação:
Equipe DDPRED

Imagens e fotos:
Acervo DDPRED | Freepik | Flaticon | Pexels | ChatGPT | Pinterest | Canva
Acervo Comunicação Social

Publicação:
Comunicação Social da UFTM e DDPRED

Contato:
E-mail: ddpred.proens@uftm.edu.br
Telefone: (34) 3700-6136
Site: <https://www.uftm.edu.br/proens/ddpred>
Endereço: Av. Frei Paulino, nº 30 – 1º andar – 38025-180 – Uberaba/MG



Destaque Institucional: reestruturação do setor (DDPRED | DDCUR)





Nova estrutura fortalece o assessoramento pedagógico e a regulação educacional na UFTM

A comunidade acadêmica da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) passa a contar com uma estrutura administrativa fortalecida na área do ensino de graduação. A Assessoria Pedagógica e de Legislação Educacional (ASPEL) foi oficialmente transformada em Departamento de **Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional (DDPRED)**, vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) da UFTM.

A mudança representa mais do que uma alteração de nomenclatura: trata-se do **reconhecimento** e da **consolidação** de um setor que, há mais de três décadas, atua no assessoramento pedagógico e em legislação educacional, acompanhando coordenações de cursos, Núcleos Docentes Estruturantes e demais instâncias administrativas e acadêmicas ligadas ao âmbito do ensino de graduação na universidade.

Ao longo de todos esses anos, temos contribuído para a construção da identidade profissional do assessor pedagógico na universidade. Consolidamos um campo de atuação que articula fundamentos didático-pedagógicos, normativas educacionais, acompanhamento acadêmico e ações formativas para docentes e técnicos-administrativos. Não se trata apenas de orientar procedimentos técnicos, mas de qualificar decisões, sustentar legalmente as ações acadêmicas e fortalecer uma cultura institucional comprometida com a qualidade do ensino de graduação.

A reestruturação também busca colaborar estrategicamente no enfrentamento de desafios vivenciados pelos cursos de graduação da UFTM, tais como a progressão e a flexibilidade curricular, o fortalecimento da permanência e do sucesso acadêmico dos estudantes -, bem como a compreensão dos índices de evasão e retenção. Assim, ao fortalecer o diálogo com os cursos de graduação e com outras instâncias didático-pedagógicas e de gestão, além de apoiar programas institucionais e desenvolver ações formativas, o DDPRED pretende contribuir para o aprimoramento permanente dos processos de ensino-aprendizagem e com o sucesso acadêmico do alunado.



TEMAS DESTA EDIÇÃO:			
CELEBRAÇÃO 30 anos ASPEL	03	DESTAQUE LEGAL: Regulamento dos Cursos	11
MEC EM FOCO: Extensão Universitária	16	MEC EM FOCO: DCN Psicologia	18
		PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: Tese referente à UFTM (FMTM)	15
		EM DEBATE: DCN Formação de Professores	20

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Quer saber mais?

Na 1ª Ed. 2024 do Boletim (IN)Formativo ASPEL – 30 anos da ASPEL, a história do setor responsável pela assessoria pedagógica dos cursos da UFTM é relatada com maior detalhamento.

Acesse:

<https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=1208&publicacao=5364>



Nova Divisão fortalece o desenvolvimento curricular



Continuidade e ampliação das competências

Em conformidade com as Normas de Organização da UFTM, o DDPRED mantém integralmente as competências anteriormente exercidas pela ASPEL. Permanecem asseguradas as atividades de:

- assessoramento pedagógico aos cursos de graduação;
- consultoria em legislação educacional;
- emissão de pareceres técnico-pedagógicos e jurídico-educacionais;
- promoção de ações formativas na dimensão didático-pedagógica.

Ao mesmo tempo, o novo status de Departamento possibilita a ampliação progressiva de sua atuação, promovendo maior articulação entre as dimensões pedagógica, regulatória, jurídico-educacional e formativa.



Como parte da reestruturação do setor, foi criada no âmbito do DDPRED a **Divisão de Desenvolvimento Curricular (DDCUR)**, com a finalidade de fortalecer e ampliar o acompanhamento dos processos de elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), além de acompanhar a criação de novos cursos, do ponto de vista curricular.

A nova divisão atuará de forma estratégica junto aos cursos de graduação, especialmente no que se refere a:

- realizar o acompanhamento técnico-pedagógico dos PPCs;
- promover discussões e encaminhamentos sobre flexibilização curricular;
- contribuir para a implementação de currículos, na perspectiva da inovação pedagógica e metodológica.

A iniciativa reforça o compromisso institucional com a melhoria contínua dos currículos e com a construção de percursos formativos mais dinâmicos e alinhados às demandas contemporâneas da educação superior.

A transformação da ASPEL em DDPRED, aliada à criação da DDCUR, simboliza um marco institucional para a UFTM, constituindo um movimento de integração e fortalecimento das políticas pedagógicas e regulatórias, ao consolidar o assessoramento institucional como eixo estratégico para a qualidade da educação.





Integração para enfrentar desafios acadêmicos

Além da reestruturação formalizada no início deste ano, recentemente, no mês de março, o Departamento vivenciou um momento histórico e, sobretudo, estratégico para a dimensão pedagógica da nossa Universidade. A efetivação da **vinculação do setor pedagógico do campus universitário de Iturama ao DDPRED**, que a partir de agora será denominado Setor de Acompanhamento Pedagógico e Curricular (SEAPEC), representando mais do que uma reorganização administrativa, mas simbolizando uma escolha institucional pela **integração**, pelo fortalecimento técnico e pela consolidação de uma política pedagógica articulada no contexto da UFTM.

Essa integração nasce da compreensão pela Pró-Reitoria de Ensino, de que a dimensão pedagógica não se sustenta de forma fragmentada. O assessoramento técnico-pedagógico aos cursos, o suporte didático-pedagógico aos docentes e a consultoria em legislação educacional precisam dialogar de maneira orgânica, sistêmica e estratégica.

A união dos setores amplia essa potência. Ela nos permite atuar de forma ainda mais integrada no fortalecimento das competências dos coordenadores de curso, oferecendo suporte técnico fundamentado tanto nos referenciais pedagógicos quanto na legislação educacional vigente. Permite, igualmente, estruturar ações mais sistemáticas de formação continuada, contribuindo para o desenvolvimento profissional docente e para a consolidação de práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e às exigências regulatórias.

Estamos, portanto, diante de uma demanda estratégica. A integração não é apenas organizacional; é conceitual e política. Ela reafirma que a qualidade do ensino superior exige articulação entre gestão acadêmica, fundamentação normativa e desenvolvimento pedagógico.

Esse movimento também fortalece nossa atuação como equipe. Ao **integrar saberes, experiências e trajetórias**, ampliamos nossa capacidade de resposta às demandas institucionais, tornando o assessoramento mais ágil, mais qualificado e mais alinhado aos desafios contemporâneos da educação superior.

Essa integração representa não apenas a soma de estruturas, mas a construção de uma atuação integrada, colaborativa e comprometida com o fortalecimento da dimensão pedagógica da UFTM.

O DDPRED nasce, assim, com uma missão ainda mais clara: ser referência institucional no assessoramento pedagógico e na regulação educacional, atuando de forma estratégica na consolidação de uma cultura acadêmica orientada pela qualidade, pela responsabilidade normativa e pelo compromisso com a formação integral dos estudantes.



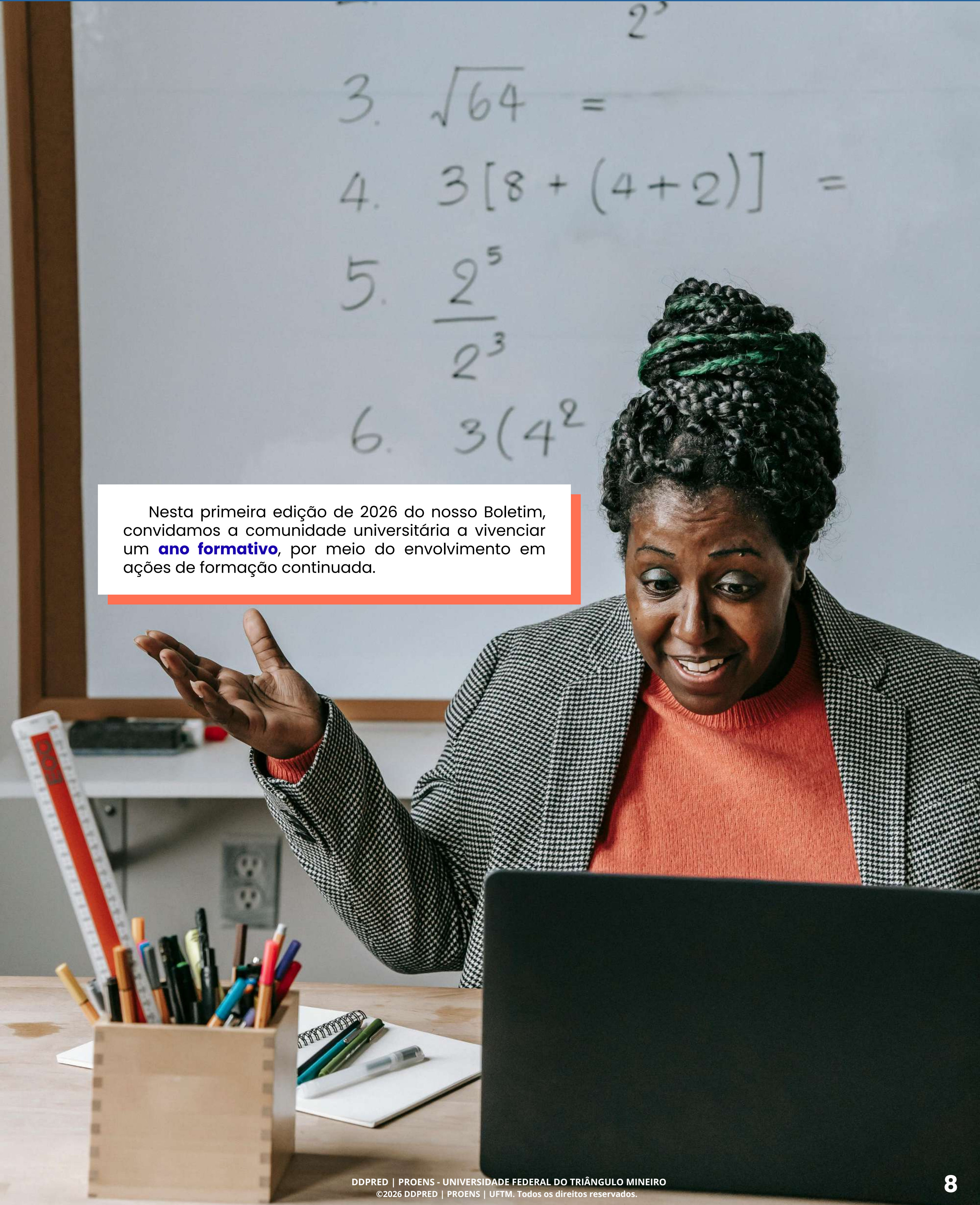
Fonte: <https://gerais.info/regiao-geografica-intermediaria-de-uberaba/>



INTEGRAÇÃO



Assessoramento Pedagógico em Foco: Lançamento do Ano Formativo



Nesta primeira edição de 2026 do nosso Boletim, convidamos a comunidade universitária a vivenciar um **ano formativo**, por meio do envolvimento em ações de formação continuada.



O Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e de Regulação Educacional (DDPRED), por meio do seu ambiente interno de **Formação Didático-Pedagógica**, dará continuidade ao conjunto de movimentos formativos que, historicamente, fazem parte da agenda institucional.



FÓRUM PERMANENTE DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA



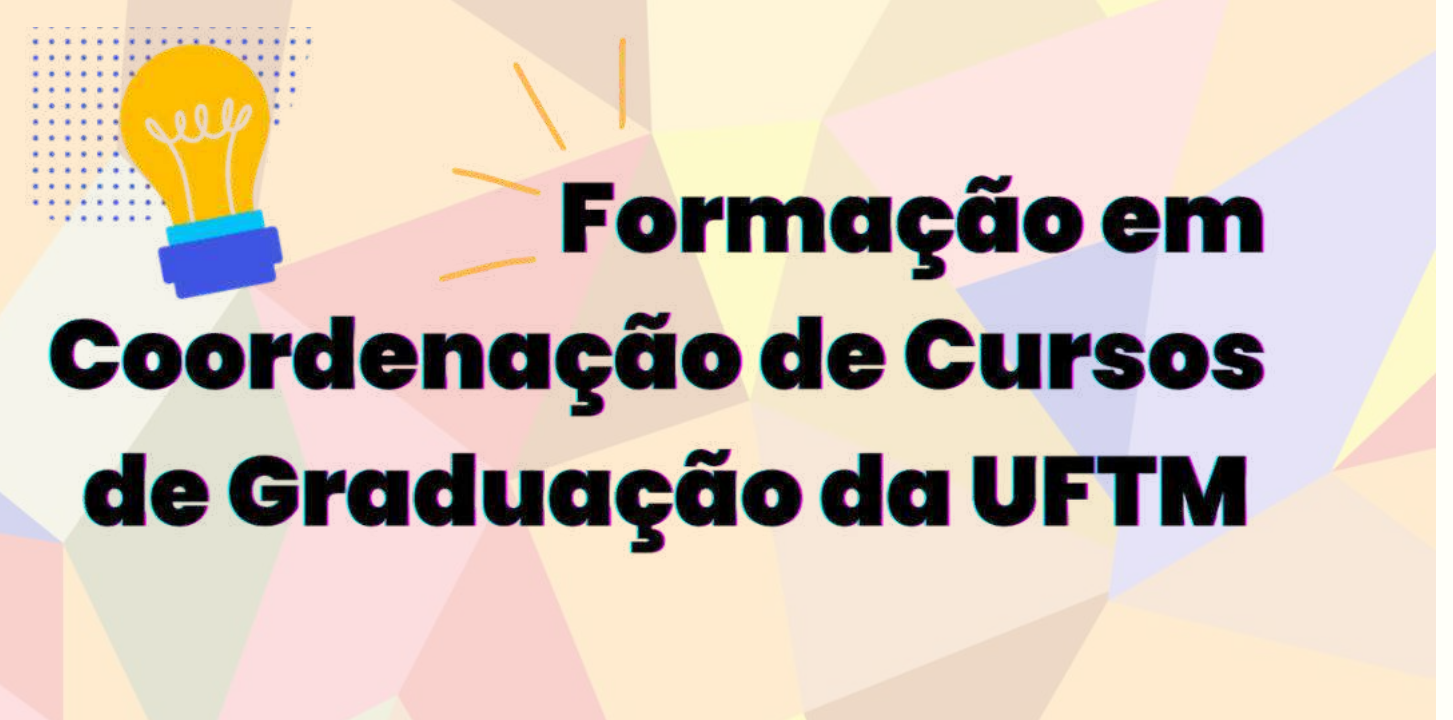
Roda de Conversa Pedagógica



SEMINÁRIO SOBRE O ENSINO DE GRADUAÇÃO:



PROGRAMA Bem-vindo Professor!



Formação em Coordenação de Cursos de Graduação da UFTM



(IN)FORMATIVO DDPRED

Boletim de Assessoramento Pedagógico e de Legislação Educacional



GPAPPEDE

Em 2026, as ações abordarão temáticas institucionalmente pertinentes, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs); Desafios curriculares para a Permanência Estudantil; Inovação Curricular e Pedagógica.

Acompanhe os canais institucionais de divulgação e participe!

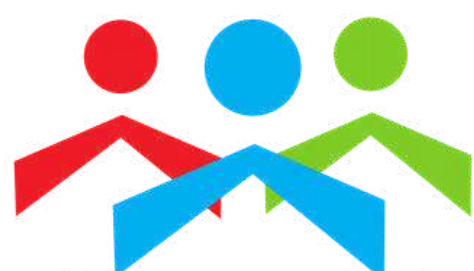
As diferentes temáticas serão abordadas também em nosso **Boletim (In)Formativo DDPRED**, bem como serão pauta e objeto de estudo do Grupo de Pesquisa sobre Assessoramento Pedagógico e Direito Educacional (GPAPPEDE), coordenado pelo DDPRED.

A intenção é que esse conjunto de ações planejadas e integradas fortaleça o trabalho de assessoramento pedagógico e em legislação educacional, desenvolvido pelo DDPRED, estando alinhado com o **Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFTM** e com os desafios e demandas contemporâneas que se impõem às universidades.





AÇÕES FORMATIVAS		
 FÓRUM PERMANENTE DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA	Evento integrado: Fórum Permanente das Licenciaturas (DGE/COMFOR) <i>Mais informações nesta edição, na coluna: Acontece no DDPRED</i>	Temática: Novas Diretrizes para a formação inicial de professores 24 de março de 2026
 Roda de Conversa Pedagógica	Propostas de temáticas a serem abordadas: • Novas DCNs de Nutrição • Ensino de Psicologia na UFTM • Desafios curriculares para a Permanência Estudantil	
 SEMINÁRIO SOBRE O ENSINO DE GRADUAÇÃO:	Temática prevista: Inovação, Permanência e Sucesso Acadêmico Novembro de 2026	
 Formação em Coordenação de Cursos de Graduação da UFTM	Cursos previstos: • Instrumentos para o Planejamento Pedagógico: Projetos Pedagógicos de Cursos e Planos de Ensino Abril a Julho de 2026 • Fundamentos Legais e Normativos para formação de Coordenadores de Curso de Graduação Agosto a Outubro de 2026. <i>Mais informações nesta edição, na coluna: Acontece no DDPRED</i>	
 Bem-vindo Professor!	• Ação contínua, focada na recepção de docentes ingressantes <i>Mais informações nesta edição, na coluna: Acontece no DDPRED</i>	



PROGRAMA

Bem-vindo Professor!



PROFESSOR. SUA HISTÓRIA NA UFTM COMEÇA AQUI!



A primeira edição do Programa **“Bem-Vindo, Professor”** ocorreu em 2018, destinada a docentes em estágio probatório, com o objetivo de promover espaço de reflexão teórico-prática relacionado ao exercício da profissão. Ao longo desse tempo o projeto passou por atualizações para acompanhar as exigências atuais e as normativas educacionais. A mudança mais recente foi a inclusão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROEXT) como parceira do programa.

A Portaria REITORIA/UFTM n.º 199, de 13 de março de 2024 – a exemplo das portarias anteriores – estabelece em seu artigo 15, inciso V, que “a avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório deverá considerar a participação no Programa de Recepção de Docentes da instituição”.

Busca-se, através do Programa “Bem-Vindo, Professor”, acolher o(a) docente que ingressa na universidade e, por meio de uma postura dialógica com a equipe da PROENS, da PROEXT e do DRCA, apresentá-lo(a) à estrutura organizacional da UFTM, com o propósito de que se aproprie dos conteúdos dos documentos institucionais. Além disso, o programa objetiva sensibilizar os(as) docentes a refletirem sobre a importância da sua formação pedagógica no desempenho das suas funções e a participarem, pelo menos durante o período do seu estágio probatório, dos encontros/cursos de formação pedagógica promovidos pelo DDPRED e pela PROEXT.

ETAPAS NECESSÁRIAS:

- 1º)** Visita técnica aos setores da PROENS e PROEXT – ambas Pró-Reitorias encontram-se localizadas no 1º andar do Prédio da Reitoria, e também ao DRCA, localizado no térreo do Centro Educacional (CE);
- 2º)** Estudo dos principais documentos institucionais da UFTM;
- 3º)** Participação em eventos formativos de caráter pedagógico, por meio de, pelo menos dois dos encontros/cursos realizados pelo DDPRED: Fórum Permanente de Gestão Universitária ou Seminário do Ensino de Graduação ou Roda de Conversa Pedagógica e um dos cursos do projeto de Formação de Coordenadores;
- 4º)** Realização do Curso de Formação em Extensão Universitária (disponível no Moodle pela PROEXT).





REQUISITOS PARA RECEBER O CERTIFICADO DO PROGRAMA

Para receber o certificado de participação no programa é necessário o cumprimento de todas as etapas.

PASSO A PASSO PARA ENVIO NO SEI

- Tipo de processo a ser criado no SEI: Pessoal – Declaração
- Unidade de destino: ASPEL

DOCUMENTOS EXIGIDOS

- Ofício solicitando o certificado de participação no programa, contendo nome completo e CPF;
- Cópia digitalizada do Formulário “CONTROLE DE APRESENTAÇÃO DE SERVIDOR DOCENTE À PROENS” devidamente preenchido e assinado;
- Cópia em PDF dos certificados recebidos após participação nas ações formativas realizados pela DDPRED/PROENS e DDEX/PROEXT.



BENEFÍCIOS DO PROGRAMA

Acreditamos que **participar**, **dialogar** e **interagir** são elementos essenciais para um trabalho colaborativo e de qualidade. Por isso, o Programa “**Bem-vindo, Professor!**” foi pensado para que você, docente recém-chegado, se sinta acolhido na UFTM e, em uma relação aberta e construtiva com as equipes da PROENS, PROEXT e DRCA, conheça a estrutura organizacional desses setores — órgãos com os quais estará diretamente vinculado em razão das atividades de ensino — e também da Universidade como um todo.



Acontece no DDPRED: Fóruns | Formação de Coordenadores

“Fóruns de debate e formação docente continuada: espaços indissociáveis na construção de uma educação crítica e de qualidade.”





Acontece no DDPRED: Fóruns integrados

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DEBATE

FÓRUM INTEGRADO

FÓRUM PERMANENTE DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA
FÓRUM PERMANENTE DAS LICENCIATURAS

Data: 24 de março de 2026 | Horário: 8h30 às 17h00 horas



Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial de professores: limites, possibilidades e desafios das licenciaturas da UFTM

REALIZAÇÃO:



Pró-Reitoria
de Ensino
PROENS



No dia 24 de março de 2026, o Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional (DDPRED/PROENS) e o Departamento de Gestão de Ensino (DGE/PROENS) realizaram, de modo integrado, o **Fórum Permanente de Gestão Universitária** e o **Fórum Permanente das Licenciaturas**.

O Fórum Permanente de Gestão Universitária, realizado desde 2011 pelo DDPRED (antiga ASPEL), constitui um espaço formativo e de assessoramento pedagógico, destinado à discussão de temas relacionados à gestão acadêmica dos cursos, oportunizando a proposição de normativas institucionais e a análise de legislações educacionais e sua implementação, sendo que, desde o ano de 2025, tem se proposto a abordar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação.

Já o Fórum Permanente das Licenciaturas, instituído em 2015 e retomado neste ano pelo DGE, compreende um espaço contínuo de discussão sobre a formação de professores na UFTM, contribuindo com a formulação e o acompanhamento da política institucional para as licenciaturas.

Considerando o propósito de ambos os fóruns, o evento integrado promoveu o diálogo sobre os limites, possibilidades e desafios da implementação das novas DCNs (Resolução CNE/CP n.º 4/2024) para a formação inicial de professores, tendo em vista os compromissos institucionais e encaminhamentos necessários para o planejamento curricular dos cursos de licenciatura da UFTM.

Desde a publicação da citada Resolução, a equipe do DDPRED tem acompanhado as discussões sobre as novas DCNs, abordando-as ao longo do Boletim (In)Formativo do setor, bem como realizando o assessoramento pedagógico dos cursos, conforme demandas apresentadas. O tema tem sido discutido também no âmbito do Comitê de Formação Inicial e Continuada de Professores (COMFOR) da UFTM, em especial com a realização dos encontros formativos denominados "Diálogo em Rede", conduzidos pelo DGE ao longo de 2025.



FÓRUM PERMANENTE DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

DIÁLOGO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO: POR UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA CADA VEZ MAIS FORTE.









Na esteira desses movimentos institucionais, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de licenciatura da UFTM, bem como os Departamentos Didático-Científicos, têm realizado um conjunto de discussões e ações necessárias ao planejamento curricular e à atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Considerando a necessidade de implementação das novas DCNs, **os Fóruns constituem-se um espaço privilegiado e necessário para avançar nas discussões e ações em andamento, fortalecendo o diálogo entre professores, estudantes e técnicos atuantes nas licenciaturas.**

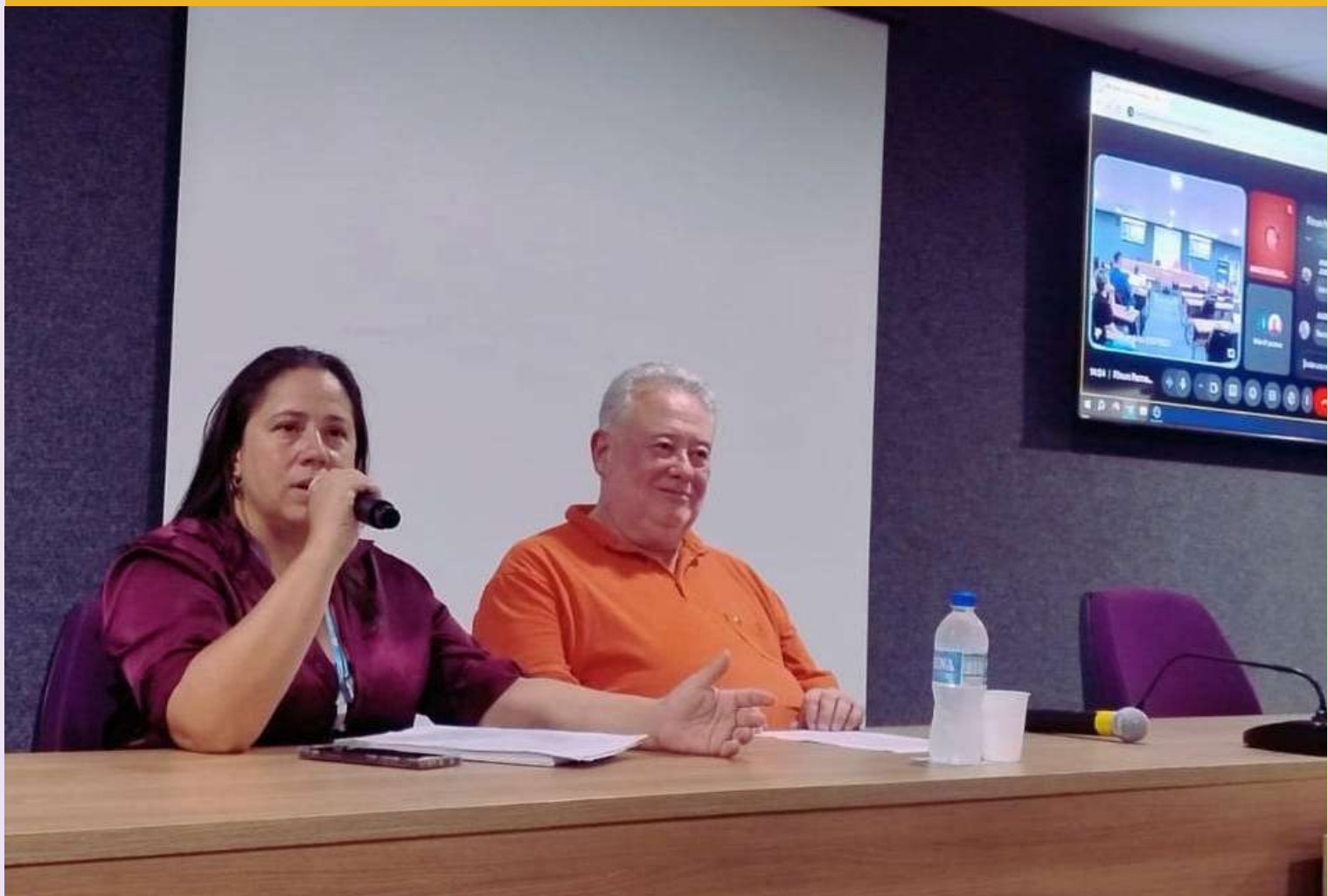
SÍNTESE DAS DISCUSSÕES :

O encontro teve como objetivo central discutir os impactos e desafios da implementação das novas DCNs nos cursos de licenciatura da UFTM. As falas destacaram:

- A necessidade de fortalecimento da dimensão pedagógica e da formação docente;
- Os desafios relacionados à curricularização da extensão, organização do estágio e integração curricular;
- A importância de construção de um projeto formativo institucional para as licenciaturas;
- As dificuldades estruturais, especialmente quanto à carga horária docente e número insuficiente de professores;
- A necessidade de garantir a viabilidade formativa para estudantes trabalhadores;
- A relevância do diálogo institucional e da colaboração entre cursos, departamentos e gestão.

Fórum Integrado:

- Fórum Permanente de Gestão Universitária
- Fórum Permanente das Licenciaturas





ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS :

Após as discussões, foram feitas as seguintes propostas de encaminhamentos:

2.1. Organização de encontros:

- Realização de encontros ao longo de 2026:
 - Maio: discussão sobre extensão e estágio;
 - Setembro: núcleo comum;
 - Novembro: perfil do estudante trabalhador.
- Institucionalização dos fóruns como espaços permanentes (anuais).

2.2. Planejamento e articulação

- Elaboração de planejamento institucional para orientar os cursos;
- Criação de calendário regular de reuniões entre cursos e institutos;
- Levantamento das disciplinas do núcleo comum;
- Ampliação dos espaços de diálogo e integração institucional.

2.3. Currículo, extensão e estágio

- Proposta de criação de uma Semana de Extensão semestral;
- Fortalecimento da curricularização da extensão com responsabilidade coletiva dos docentes;
- Realização de momentos específicos para aprofundamento das discussões sobre estágio e extensão.

2.4. Condições de trabalho

- Encaminhamento da demanda por ampliação de vagas docentes ao MEC.
- Reconhecimento da necessidade de melhores condições de trabalho e distribuição de carga horária docente.

2.5. Orientações institucionais

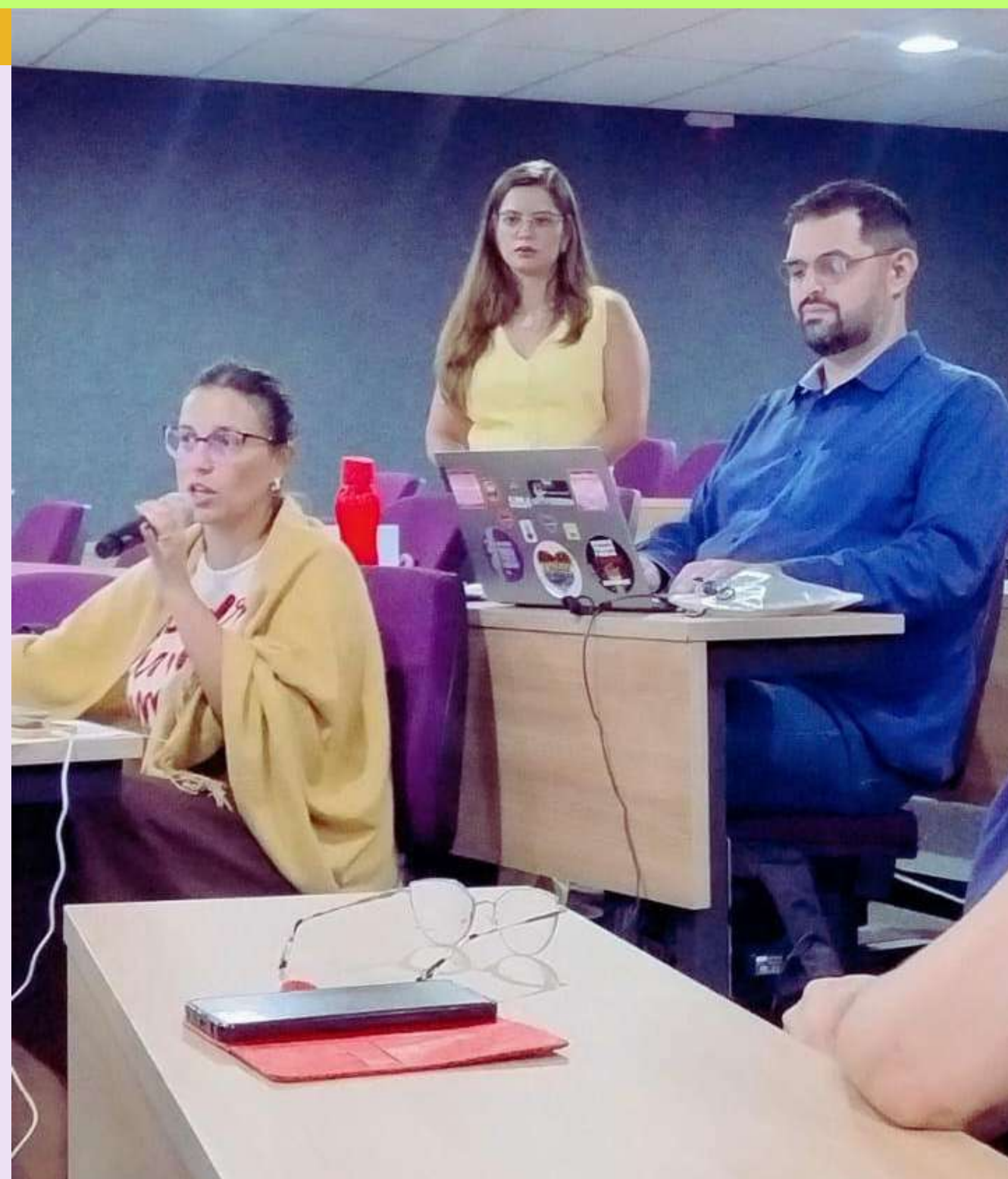
- Elaboração de documento orientador (FAQ) sobre as DCNs;
- Ampliação de instrumentos de diagnóstico;
- Registro sistemático dos encaminhamentos.

2.6. Políticas institucionais

- Finalização da política institucional de formação docente;
- Posterior construção do PPI das licenciaturas;
- Definição de elementos comuns e específicos entre os cursos.

2.7. Prazos

- Outubro de 2026: envio de minuta dos PPCs;
- Fevereiro de 2027: prazo final para conclusão;
- Implementação prevista para o segundo semestre de 2027.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Reforçou-se a importância da construção coletiva, da colaboração institucional e do respeito às especificidades dos cursos de licenciatura, considerando os limites estruturais e a autonomia universitária no processo de implementação das DCNs.

Acontece no DDPRED: Projeto de Formação de Coordenadores

Formação em Coordenação de Cursos de Graduação da UFTM

PÚBLICO-ALVO: Docentes da UFTM, atuantes no Ensino de Graduação.

CERTIFICADO: Haverá certificação para cada curso. Válida também para o Programa Bem-Vindo, Professor!



É importante que todos os docentes da UFTM participem, considerando a relevância dos temas que serão abordados e a própria dinâmica de trabalho da coordenação de curso, que envolve todo o coletivo de docentes!

Todas as informações estão detalhadas no Edital nº 01/2026/SCAP/DDP/PROGEPE e Comunicado nº 01/2026

([clique aqui](#)).

Em 2026, serão ofertados mais dois cursos do projeto **“Formação para Coordenadores de Cursos de Graduação da UFTM”**, criado e coordenado pelos membros do Grupo de Pesquisa sobre Assessoramento Pedagógico e Direito Educacional (GPAPED), lotados no DDPRED.

Os cursos são ofertados por meio de Trilhas de Aprendizagem organizadas pelo Setor de Capacitação de Pessoal (SCAP) do Departamento de Desenvolvimento de Pessoal (DDP) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE/ UFTM).

Para se inscrever, faça o cadastro na Trilha de Aprendizagem (<https://trilhas.uftm.edu.br/>) **“Gestão Acadêmica e Administrativa no Ensino Superior”** e selecione o curso **“Instrumentos para o Planejamento Pedagógico: Projetos Pedagógicos de Cursos e Planos de Ensino”**. O link para acesso à inscrição (sistema UFTMnet) está disponível na própria plataforma da referida Trilha.

Em breve, será disponibilizada também a inscrição para o curso **“Fundamentos Legais e Normativos para formação de Coordenadores de Curso de Graduação”**.

Acompanhe!

CURSO	CH	OFERTA
Instrumentos para o Planejamento Pedagógico: Projetos Pedagógicos de Cursos e Planos de Ensino	60h	01/04 a 31/07/2026
Fundamentos Legais e Normativos para formação de Coordenadores de Curso de Graduação	40h	03/08 a 25/10/2026

Trata-se de um **percurso formativo flexível** quanto aos tempos e espaços de aprendizagem, considerando necessidades e demandas de atuação dos docentes da UFTM, em especial daqueles que atuam na coordenação de curso. Portanto, os materiais didáticos são disponibilizados no **ambiente virtual Moodle**, com atividades assíncronas e mediação pedagógica no ambiente virtual de ensino pelos tutores, para dúvidas e partilhas.





Transversalidade em Ação: Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Movimentos institucionais por uma universidade promotora da **saúde** e da **qualidade de vida** no trabalho





Com a **campanha Janeiro Branco**, ampliamos nossos olhares sobre a importância da promoção da saúde mental. Nos contextos institucionais, torna-se relevante a compreensão de diferentes problemáticas e dimensões que afetam as experiências vivenciadas pelos trabalhadores, de modo a contribuir para a reflexão sobre as raízes do mal-estar e para a construção de caminhos que fortaleçam a **promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho**. No cenário universitário, faz-se necessário um olhar mais cuidadoso para as interações cotidianas entre estudantes, trabalhadores e comunidade externa, considerando a **função social** da universidade, seu compromisso com a **formação de cidadãos-profissionais** e com o **cuidado** dirigido aos seus próprios **trabalhadores**.

Quando focalizamos o **trabalho pedagógico**, cerne de uma instituição de ensino, o resgate de princípios educativos previstos institucionalmente, sobretudo no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), torna-se fundamental para minimizar situações críticas, marcadas por tensões, conflitos, autoritarismos, intolerâncias, cobranças excessivas, bem como processos excludentes e individualistas. Tais contextos impactam diretamente a saúde da comunidade acadêmica e a qualidade de vida no trabalho.

Nesse mesmo sentido, a promoção da qualidade de vida no espaço acadêmico demanda, também, o respeito à **diversidade** e às múltiplas formas de ser, estar, trabalhar, estudar e construir na universidade.

Reconhecer a individualidade, entendida como a singularidade das trajetórias, experiências, tempos, limites e modos de participação dos sujeitos, não se confunde com a lógica do individualismo, marcada pela competição, pelo isolamento, pela discriminação e pela responsabilização individual por problemas que são, em grande medida, de natureza coletiva e institucional. Ao contrário, o **reconhecimento da individualidade - enquanto singularidade - fortalece práticas de cuidado, inclusão, valorização, equidade e pertencimento**, fundamentais para a construção de espaços coletivos de encontro mais saudáveis.



É nesse horizonte que se coloca o questionamento: **é possível pensar na constituição de processos de organização do trabalho pedagógico universitário que sejam permeados por dimensões como diálogo, humanização, participação democrática, colaboração, confiança, inclusão, reflexão crítica, ética e emancipação?**



Não é uma tarefa fácil, mas que pode ser gradativamente construída, tendo em vista a consolidação de uma cultura institucional promotora da saúde e da qualidade de vida no trabalho.

Na UFTM, importantes passos estão sendo dados, sobretudo com a aprovação da **Política de Qualidade de Vida no Trabalho** e a constituição do **Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho**. Além disso, destacam-se os recentes trabalhos do **Grupo de Trabalho Multissetorial (GTM) das Universidades Promotoras da Saúde**. Certamente, são caminhos importantes, que serão fortalecidos a partir da compreensão e do engajamento de toda a comunidade acadêmica no propósito de garantir qualidade de vida no trabalho.





Transversalidade em Ação: Visibilidade Trans



RESPEITO
TRANS
FORMA
O MUNDO



Visibilidade Trans: Construindo uma universidade de direitos e pertencimento

No contexto da universidade como espaço de direitos e pertencimento, fortalecer a discussão sobre a visibilidade trans torna-se essencial. O dia 29 de janeiro, **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, constitui um marco de conscientização, que reafirma a importância do respeito, da dignidade e da garantia de direitos às pessoas trans.

Mais do que reconhecimento simbólico, falar de **visibilidade trans no ensino superior** implica enfrentar desafios ainda presentes, como a transfobia estrutural, a evasão e as barreiras para a permanência de pessoas trans.

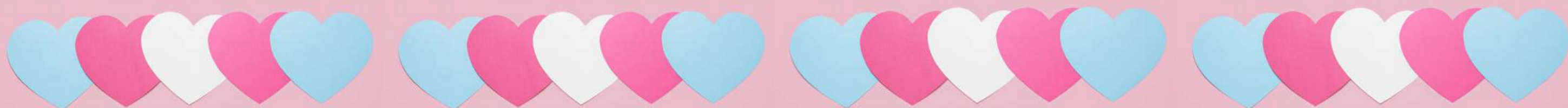
Práticas institucionais como a implementação de cotas de acesso à graduação para pessoas trans, o respeito ao nome social, o uso de linguagem inclusiva, a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) à luz da diversidade e dos direitos humanos, bem como o fortalecimento de políticas de acolhimento e inclusão, são fundamentais para assegurar acesso, permanência e sucesso acadêmico.

Nesse contexto, torna-se fundamental pensar em espaços estratégicos para a formação continuada de docentes, técnicos-administrativos e gestores, promovendo práticas educacionais comprometidas com a equidade, com o reconhecimento das diferenças e com a construção de ambientes formativos mais inclusivos.



Promover a visibilidade trans é reafirmar o compromisso da universidade com a diversidade, a equidade e os direitos humanos. Trata-se de uma **responsabilidade institucional** que dialoga com os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade de direitos, conforme estabelecido na Constituição Federal, além de estar alinhada a princípios educativos institucionais, tais como o processo dialógico e a valorização da inclusão e da diversidade, previstos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029 da UFTM.

A inclusão, portanto, é um processo contínuo, que deve ser construído e fortalecido diariamente por meio de ações que promovam a visibilidade no cotidiano institucional. Na UFTM, destaca-se a constituição do Grupo de Trabalho Multissetorial (GTM) responsável pela criação da Política Institucional de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão (Portaria Reitoria/UFTM n.º 511/2024). Além disso, o Projeto de Extensão "Colorindo a UFTM" tem promovido uma série de ações, diálogos e movimentos institucionais que dão visibilidade às questões de gênero e às vivências da população LGBTQIAPN+. Ações como essas possibilitam o fortalecimento da construção de uma universidade mais justa e diversa.





Fundamentos da Educação: Currículo das licenciaturas e seus desafios



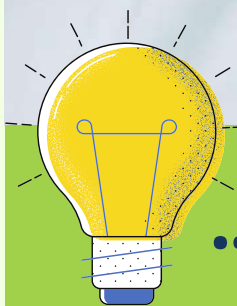
“Formar professores é semear consciência em tempos de pressa. É cultivar pensamento onde o mundo insiste em respostas prontas.”



O currículo dos cursos de licenciatura ocupa, no contexto atual, um lugar central no debate sobre a formação de professores no Brasil. A entrada em vigor das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial docente, instituídas pela **Resolução CNE/CP n.º 4/2024**, do Conselho Nacional de Educação, impõe às instituições de ensino superior (IES) o desafio de revisar e atualizar seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) até junho de 2026, assegurando a implementação do novo currículo no segundo semestre letivo do mesmo ano. O cumprimento desse prazo constitui uma exigência legal, com impactos diretos sobre a regularidade acadêmica, a organização institucional e a oferta das atividades formativas, exigindo dos cursos planejamento rigoroso e atenção permanente aos cronogramas estabelecidos.

No âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, as orientações institucionais reiteram que a observância dos prazos é condição necessária para a adequada tramitação dos PPC, permitindo a análise pedagógica, o assessoramento técnico e a deliberação nas instâncias competentes. O atraso na atualização curricular não compromete apenas o calendário acadêmico, mas fragiliza a própria implementação do currículo, reduzindo o tempo de debate coletivo e limitando as possibilidades de construção de projetos formativos consistentes. Por isso, o alerta institucional deve ser compreendido como um chamado à responsabilidade coletiva dos cursos diante de uma exigência que é, simultaneamente, normativa e pedagógica.

Entretanto, os desafios do currículo das licenciaturas não se esgotam no atendimento aos prazos legais. A reformulação curricular envolve escolhas substantivas sobre concepções de docência, de conhecimento, de escola e de educação. O currículo não é um conjunto neutro de disciplinas ou cargas horárias, mas a expressão de um projeto político e formativo, que articula fundamentos teóricos, práticas pedagógicas, experiências na escola básica e compromisso social. O currículo “ideal” deve superar a simples justaposição de disciplinas, promovendo abordagens transversais e reflexivas que favoreçam uma formação profissional crítica e ética. Nesse sentido, a atualização dos PPC não pode ser conduzida como um procedimento técnico restrito a poucos atores institucionais, sob o risco de empobrecimento formativo e de adesão acrítica à normativa nacional.



... mudar é difícil, mas é possível ...

Um dos principais desafios enfrentados pelas licenciaturas está na reconciliação entre tradição e inovação: os cursos precisam dialogar com os princípios clássicos da formação docente – como base teórica sólida, conhecimento da área de atuação e reflexão pedagógica – sem perder de vista as demandas contemporâneas da educação, tais como equidade, diversidade cultural e competências digitais. Essa tensão é aprofundada pelo fato de que as licenciaturas sempre estiveram inseridas em um contexto de políticas públicas instáveis e constantes reformulações normativas, o que pressiona as IES a reformular currículos com frequência e em prazos curtos.

A participação efetiva do conjunto dos docentes que atuam nos cursos de licenciatura constitui, portanto, uma necessidade e, ao mesmo tempo, uma condição para a qualidade do currículo. São os professores, a partir de sua inserção nos diferentes campos do conhecimento, bem como de sua experiência na formação inicial, que podem contribuir para a articulação entre teoria e prática, a coerência entre os componentes curriculares e a identidade formativa das licenciaturas.





A ausência de processos democráticos e coletivos amplos fragiliza o currículo e compromete sua capacidade de responder, de forma crítica, às demandas da educação básica e da sociedade.

A própria Resolução CNE/CP n.º 4/2024 se insere em um cenário marcado por disputas políticas e históricas em torno da formação docente. Embora reconheça a licenciatura como curso com identidade própria e reafirme a centralidade da escola básica como espaço formativo, a normativa apresenta ambiguidades e silenciamentos que impactam diretamente o currículo, como a fragilização da prática como componente curricular, a ausência de uma abordagem consistente sobre formação continuada, valorização profissional e permanência de orientações alinhadas à pedagogia das competências. Esses elementos exigem das instituições uma leitura crítica, sob pena de se produzir currículos fragmentados, aligeirados e distantes de uma concepção emancipatória de formação docente.

Nesse contexto, a autonomia universitária deve ser exercida com responsabilidade política e pedagógica sobre o currículo das licenciaturas. É nos colegiados de cursos e nos demais espaços coletivos de deliberação que as instituições podem reinterpretar criticamente as diretrizes nacionais, tensionar seus limites e afirmar projetos curriculares comprometidos com a formação de professores enquanto profissionais intelectuais, críticos e socialmente comprometidos.

Assim, atualizar o currículo não significa apenas adequar-se à norma, mas decidir, de forma consciente e responsável, que professor se pretende formar, para atuar em que contexto social e tendo qual compromisso com a educação pública.

À medida que o prazo final se aproxima, impõe-se um duplo desafio aos cursos de licenciatura: cumprir o calendário estabelecido e assegurar que esse cumprimento resulte de um processo coletivo, democrático e crítico de construção curricular. A qualidade do currículo das licenciaturas dependerá diretamente da participação efetiva dos docentes e da capacidade institucional de transformar uma exigência legal em oportunidade de reflexão e fortalecimento da formação docente. Como lembra Paulo Freire, **mudar é difícil, mas é possível**. No campo das licenciaturas, mudar implica reconhecer que o currículo é um território de disputa e compromisso, no qual se definem os sentidos da docência e o papel social da universidade pública na formação de professores para a educação básica.



Para saber mais:

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores, políticas educacionais e desafios contemporâneos. Entrevista concedida a Judoprado. 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/6429/4483>. Acesso em: 20 fev. 2026.

Licenciaturas terão terceira reformulação curricular em menos de dez anos. Texto: Bruna Homrich. Disponível em: <https://sedufsm.org.br/noticia/8311-licenciaturas-terao-terceira-reformulacao-curricular-em-menos-de-dez-anos>. Acesso em: 20 fev. 2026.

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2025/DDPRED/PROENS/UFTM. Assunto: Prazo para atualização dos PPC dos Cursos de Licenciatura da Sede – vigência 2º/2026. PROENS/ UFTM. Orientações sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), 2025.





Datas comemorativas: Dia da Mulher

Mulheres

feitas de delicadezas e resistências ...





8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER: ENTRE A CELEBRAÇÃO E A REFLEXÃO



O que o "Banco Vermelho" nos ensina?

O dia **8 de março, Dia Internacional da Mulher**, no contexto do Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional (DDPRED), ganha um contorno que vai além das homenagens protocolares. Enquanto celebramos as conquistas históricas e a presença vital das mulheres em nossa comunidade acadêmica, somos convocados a encarar uma realidade árdua: o Brasil continua registrando índices alarmantes de feminicídio.

A data é reconhecida pela ONU desde 1975, sendo simbolizada pela cor roxa, que representa luta, dignidade e justiça. Trata-se de um momento de reflexão, reconhecimento e renovação do compromisso mundial com a equidade de gênero. Ao longo de todo o mês de março, iniciativas institucionais, campanhas educativas e ações de sensibilização reafirmam o compromisso coletivo com a promoção dos direitos das mulheres. Mais do que marcar uma data, esse período convida à responsabilidade compartilhada: informar, apoiar, denunciar e agir são passos essenciais para transformar a realidade.

Diante desse cenário, trazemos à cena a Lei que institui o **Projeto Banco Vermelho** (Lei n.º 14.942, de 31 de julho de 2024). Embora seja uma legislação recente voltada à instalação de memoriais físicos em espaços públicos, seu significado pedagógico é amplo e potente: **transformar o luto em luta e o silêncio em conscientização**. Ao trazer este tema para o debate, o DDPRED reafirma que a educação é a principal ferramenta para desconstruir a cultura da violência e fortalecer valores de respeito, igualdade e dignidade. Assim, contribui para que a universidade se consolide, cada vez mais, como um espaço de acolhimento, segurança e promoção de direitos para todas as mulheres.



O Simbolismo do Vazio



A Lei nº 14.942 oficializa a instalação de **bancos na cor vermelha** em locais de grande circulação onde serão expostas reflexões sobre o combate à violência contra a mulher e informações de contato para emergência, como o número telefônico da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, destinado a denúncias e ao suporte às vítimas.

Mas o que essa cor representa nos espaços públicos e educacionais?



Luto e Memória: O vermelho remete ao sangue derramado e às vidas interrompidas precocemente pela violência contra a mulher.

A Ausência Presente: Cada banco vazio simboliza o lugar de uma mulher que foi retirada de sua família, de seu trabalho e de seus sonhos.

Educação e Ação: Mais do que um memorial, o conceito propõe um ponto de parada pedagógico. O lema é direto: "Sente e reflita, levante e aja".



Por que falar disso no ambiente educacional?

A universidade é, por excelência, um espaço de reflexão crítica e de desconstrução de preconceitos. O enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio passa, obrigatoriamente, pela educação e pela conscientização coletiva.

Ao pautar a relevância da Lei 14.942/2024 neste informativo, o DDPRED reforça a necessidade de debatermos permanentemente a construção de um ambiente acadêmico mais seguro, respeitoso e consciente.

Os dados mostram que a proposição de ações de enfrentamento é urgente. O feminicídio não é um evento isolado, mas muitas vezes o desfecho de um ciclo de violência começa de forma sutil e silenciosa. Nesse sentido, o conceito do "**Banco Vermelho**" serve como um alerta para que alunos, docentes e técnicos identifiquem sinais de violência e conheçam os canais de denúncia e apoio.



Um Convite à Mudança

Para o DDPRED, o compromisso com a causa das mulheres ultrapassa o calendário de março. Convidamos todos a olharem para além das flores e a utilizarem o conceito do Banco Vermelho como ponto de partida para o diálogo sobre proteção, respeito e igualdade. Que este símbolo nos lembre que o silêncio pode alimentar a violência e de que a transformação real nasce da conscientização constante, da informação e da ação coletiva.

Precisa de ajuda ou quer denunciar?

Para denúncias ou suporte, os seguintes canais estão disponíveis 24 horas:

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher – Atendimento gratuito, confidencial e disponível 24 horas.

Ligue 190 – Polícia Militar (em situações de emergência).

Sinal internacional de socorro com a mão:

Esse gesto indica que a mulher precisa de ajuda e está em situação de violência. **Como fazer:**

1. Mostrar a palma da mão aberta
2. Dobrar o polegar para dentro
3. Fechar os outros dedos sobre ele



Dizer 'não' é um direito. Respeitar é uma obrigação.

Amor não prende, não humilha, não ameaça.
Se machuca, não é amor.

**A violência começa onde o respeito termina.
Não ignore os primeiros sinais.**

O medo não pode ser a rotina de nenhuma mulher.
Segurança é um direito, não um privilégio.

Na coluna '**Destaque Legal**' nesta edição do boletim, apresentamos também uma matéria especial sobre a **Lei nº 14.942/2024**, que institui o **Banco Vermelho** como iniciativa de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher, transformando espaços públicos em pontos permanentes de reflexão, informação e mobilização da sociedade.

Destaque Legal: Lei n.º 14.942/2024 – Banco Vermelho

Mais do que um “Banco Vermelho”: o que a Lei 14.942/24 representa para as mulheres brasileiras?

Sancionada em 31 de julho de 2024, a **Lei n.º 14.942** marca um novo passo no enfrentamento à violência contra a mulher no país. A norma altera a Lei n.º 14.448/2022 e reforça as ações do Agosto Lilás, mês dedicado à conscientização e à mobilização pelo fim da **violência de gênero**. Mais do que uma atualização legislativa, a medida surge como resposta a um cenário preocupante: somente em 2023, o Brasil registrou mais de 280 mil casos de lesão corporal dolosa no contexto de violência doméstica e, em 2025, foram contabilizados 1.470 feminicídios. É o maior número da série histórica, representando cerca de quatro mulheres assassinadas por dia, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Diante desses números, tornou-se evidente a necessidade de ampliar estratégias de prevenção e tornar a informação mais acessível à população. Foi nesse contexto que nasceu o Projeto de Lei n.º 147/2024, que deu origem à nova legislação, com a proposta de criar pontos permanentes de conscientização em espaços urbanos e levar ao cotidiano das pessoas informações sobre canais de denúncia e redes de apoio, como o número 180 da Central de Atendimento à Mulher.

A ação mais emblemática prevista na lei é o **Banco Vermelho**, um banco instalado em locais de grande circulação, pintado de vermelho e acompanhado de mensagens de reflexão, orientações sobre os diferentes tipos de violência e contatos de suporte. A proposta é simples e poderosa: transformar um elemento comum da paisagem urbana em um marco permanente de alerta e sensibilização, acessível a qualquer pessoa que passe por ali.

A ideia surgiu na Itália, em 2016, e rapidamente ganhou o mundo como símbolo da luta contra o feminicídio. No Brasil, a iniciativa foi apresentada em 2023 por Andrea Rodrigues e Paula Limongi, que, após perderem amigas vítimas de violência, decidiram transformar a dor em mobilização social ao criar o Instituto Banco Vermelho. A escolha da cor não é aleatória: o vermelho remete ao sangue das vítimas e foi pensado para chamar atenção, provocar reflexão e impedir que o tema seja invisibilizado. Como destaca Andrea Rodrigues, o feminicídio atinge mulheres de todas as idades, classes sociais e origens, por isso, o banco precisa estar onde todos circulam.



A lei também prevê a premiação de projetos voltados à conscientização e ao enfrentamento da violência, incentivando a participação de instituições públicas, empresas e sociedade civil na construção de soluções criativas e eficazes. Desde sua sanção, a iniciativa já foi adotada por diferentes órgãos e estados. Além disso, a legislação incentiva a realização de ações em escolas, universidades, rodoviárias, metrô e aeroportos, espaços estes de grande circulação, ampliando o alcance da mensagem. Ao ocupar esses ambientes, o Banco Vermelho transforma a paisagem em um convite permanente à reflexão e reafirma que o enfrentamento à violência contra a mulher é uma responsabilidade coletiva.



Banco localizado no Centro Educacional - UFTM

Banco Vermelho na UFTM marca compromisso institucional com o enfrentamento da violência contra a mulher

No dia 9 de março de 2026 a UFTM aderiu à campanha nacional Banco Vermelho com a inauguração do primeiro banco, no Centro Educacional.

Em um ato cerimonial no saguão dos elevadores do Centro Educacional, conduzido pela reitora Prof.^ª Marinalva Vieira e pela superintendente do HC-UFTM, Prof.^ª Luciana Teixeira, o ato homenageou a ex-aluna do curso de Medicina, **Virlânea Augusta de Lima**, vítima de feminicídio em 2008.



Banco localizado no Centro Educacional - UFTM

Na ocasião, a reitora destacou que os bancos possuem função educativa e social, considerando que a violência contra a mulher não se restringe ao âmbito privado. Segundo ela, trata-se de um problema histórico e estrutural, que exige engajamento coletivo, ações amplas e iniciativas com forte caráter educativo.



Banco localizado no Prédio da Reitoria - UFTM

O banco permanecerá no Centro Educacional como símbolo permanente de memória e conscientização, reforçando o compromisso da UFTM com a prevenção da violência de gênero e a promoção de um ambiente acadêmico mais seguro, em consonância com a Lei Federal n.º 14.942/2024.





Entre Nós, DDPRED! Chegadas e Partidas

Todos os dias é um vai e vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai, quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim chegar e partir...

Milton Nascimento



DDPRED recebe nova integrante na equipe:



DAYANE SOUSA

Pedagoga DDCUR | DDPRED

Chega para fortalecer o trabalho pedagógico.

O Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Regulação Educacional (DDPRED/PROENS) passa a contar, desde janeiro, com uma nova integrante em sua equipe: **Dayane**, que vem para somar experiências e fortalecer ainda mais as ações da Divisão de Desenvolvimento Curricular (DDCUR), vinculada ao Departamento.

Reconhecida por sua simpatia, disposição para o trabalho coletivo e entusiasmo, Dayane inicia esta nova etapa demonstrando alegria em integrar a equipe da DDCUR/DDPRED. Sua postura colaborativa e seu envolvimento com as atividades já refletem o espírito de parceria que marca o trabalho desenvolvido pelo setor.

Servidora do quadro da UFTM, Dayane atuava no Campus Universitário de Iturama, onde integrava a equipe pedagógica e desenvolveu importantes atividades de acompanhamento e apoio às ações educacionais. Ao longo desse período, construiu uma trajetória marcada pela experiência e pelo compromisso com a qualidade do ensino. Agora, na DDCUR/DDPRED, chega para reforçar o time e compartilhar sua vivência na área pedagógica, contribuindo com novas perspectivas e experiências que certamente enriquecerão as iniciativas do departamento.

A equipe do DDPRED celebra sua chegada e deseja que esta nova etapa seja repleta de realizações, aprendizado coletivo e avanços para a comunidade acadêmica.

Seja muito bem-vinda, Dayane!
Equipe DDPRED/DDCUR

Que a sua jornada seja transformadora e que você seja muito feliz trabalhando conosco.





Entre Nós, DDPRED! Aniversariantes DDCUR | DDPRED





Neste primeiro trimestre do ano, celebramos cinco aniversariantes muito especiais: **Marcos (2 de janeiro)**, **Bruna (23 de janeiro)**, **Rubia (1º de fevereiro)**, **Eliana (11 de março)** e **Giselle (23 de março)**!

O aniversário é dele/as, mas quem recebe o presente somos nós da equipe DDPRED/DDCUR, por termos a alegria de conviver diariamente com pessoas que nos inspiram e nos fazem respirar educação em cada desafio, diálogo e conquista.

Que este novo ciclo seja como um processo educativo cheio de descobertas, aprendizagens significativas e trajetórias promissoras. Desejamos a cada um/a de vocês muita **alegria**, **inspiração**, **saúde** e **conquistas**, para que continuem semeando conhecimento e colhendo realizações.

Com carinho,
Equipe DDPRED/DDCUR



Pró-Reitoria
de Ensino
PROENS

